

## ■ OPINIÃO

## EDITORIAL

# É preciso destravar a economia

4 Brasil

A constatação de que a carga tributária chegou a 41,23% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano jogou mais lenha na fogueira do debate que envolve o governo, o setor empresarial e a Academia sobre o arrocho monetário e fiscal mantido pela administração Luiz Inácio Lula da Silva. No ano passado, também no primeiro trimestre, a carga tributária correspondia a 39,06% do PIB, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

A carga tributária média do ano passado situou-se em 36,5% do PIB, de acordo com a mesma fonte. O crescimento relativo deste ano confirma que a economia está estagnada. Ou seja, se a economia não cresce, a carga tributária passa a ter um peso ainda maior sobre o PIB. Na opinião do presidente do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral, “os juros altos e a carga tributária altíssima vêm provocando retração da atividade econômica, desemprego e diminuição do consumo das famílias”.

Todos os indicadores de atividade

econômica convergem para um mesmo ponto: a economia está travada e o governo não pode permitir que este quadro se mantenha, sob pena de jogar por terra todo o sacrifício que a sociedade brasileira vem fazendo. As sinalizações de insucesso do arrocho monetário devem merecer a mesma atenção que os sinais de êxito da política macroeconômica, como o obtido no campo das finanças externas.

Crescem o desemprego e o endividamento das empresas, cai a atividade industrial, reduzem-se os investimentos em novas linhas de produção ou na expansão da capacidade instalada. Esses fatores negativos intensificam a crise social e contribuem para a escalada da violência, que hoje se espalha até pelas pequenas cidades brasileiras.

Também os indicadores de preços mostram que a inflação se encontra em declínio, não com a intensidade desejada pelas autoridades monetá-

rias, que insistem na tecla de que a economia ainda está muito indexada pela inflação passada. Ora, descontada principalmente a influência do câmbio nos últimos meses do ano passado, a inércia inflacionária se prende muito mais aos reajustes das tarifas públicas, dos preços administrados pelo governo.

O reajuste das tarifas públicas com base na inflação passada é, no mínimo, uma incoerência da equipe econômica

Preso numa armadilha deixada pelo governo anterior, a atual administração reajusta os preços públicos — das telecomunicações e da energia elétrica, principalmente — com base na inflação passada, medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), para cumprir os contratos firmados com empresas privatizadas.

Em suma, o governo pratica a indexação. Portanto, o verdadeiro núcleo da inflação não se aloja nos preços competitivos. Se o governo prega que o setor privado reajuste os seus preços pela expectativa de inflação futura, deve

também tomar esta iniciativa, esquartejando as tarifas públicas. É, no mínimo, uma questão de coerência que contribuiria para reforçar a credibilidade da equipe econômica.

É hora de o governo sinalizar para uma redução gradativa da taxa básica de juros (Selic), mantida no patamar de 26,5% ao ano. Grande tomador de recursos do sistema financeiro, via emissão de títulos para cobrir o déficit público, o governo federal protagoniza uma ciranda que afeta profundamente a economia real. O crédito, tanto para as empresas quanto para os consumidores, está escasso e caro. Os “spreads” cobrados dos tomadores de financiamento, empresas e pessoas físicas, pelas instituições financeiras chegam a níveis estratosféricos.

O comércio varejista é um dos primeiros a sofrer o impacto dos juros e do crescente desemprego. Em maio, segundo a Associação Comercial de São Paulo, as consultas para vendas à vista e a prazo diminuíram 4,1% e 5,3%, respectivamente, quando comparadas a maio de 2002. De janeiro a

maio, o número de consultas para pagamento à vista caiu 1% em relação aos cinco primeiros meses do ano passado. Por sua vez, as consultas para vendas a prazo recuaram 3,7%. Com vendas menores, o comércio admite e reprograma para baixo as suas encomendas à indústria.

O consumo das famílias, que tem peso de 60% na formação do PIB, caiu 0,6% no primeiro trimestre deste ano, em relação aos últimos três meses de 2002. A queda é ainda mais expressiva quando a comparação é feita com os três primeiros meses do ano passado: - 2,3%, segundo o IBGE. O PIB registrou queda de 0,1% no primeiro trimestre, em comparação com os três últimos meses de 2002. Cresceu 2% em relação ao primeiro trimestre de 2002, mas a base de comparação é baixa devido à retração de 0,8% da economia no mesmo período do ano passado. O risco de uma recessão não está afastado.